

No ritmo das transformações: enchentes, solidariedade e as Catequistas

Franciscanas em Pernambuco.

A natureza a fez em formas muitos diversas de altos e baixos que levam as águas dos riachos e rios por um curso de curvas e descidas até o litoral deslumbrante do oceano atlântico. A bacia do Rio Una e a bacia do Rio Ipojuca, localizadas na mata sul de Pernambuco com o Rio São Francisco formam as bacias hidrográficas mais perenes e importantes para a história social, econômica e política do Estado. A natureza fez a região mata sul incorporar duas bacias hidrográficas que nascem no agreste, abrangendo as terras mais ricas em fertilidade do solo, cultivadas, secularmente, sob regime da grande plantação de cana de açúcar.

Absorvendo outros rios e riachos pequenos, médios e grandes, passando e acolhendo, mesmo que a contragosto, muitos dos dejetos e esgotos das cidades de pequeno e médio porte, tipo, Palmares e outras, somando-se aos restos mortais da monocultura da plantação canavieira fazem da bacia do Rio Una, *o desencanto mais forte da “canção da natureza” degradada*. As águas dos Rios Pirangi, Panelas e Una, em certo período cíclico dos meses de maio ao início de setembro, espalham suas águas pelas partes baixas, formadas pelas várzeas. As áreas de plantios agrícolas nos períodos invernosos são formadas por baixios bastante selecionados, pequenas grotas e encostas que ficam nos entremeios de morros e montanhas com os “pequenos vales”, nos altos se concentram as chãs – áreas planas mais altas, também aproveitadas para plantios.

Ocorre que as cidades se formaram ao longo dos últimos séculos sobre as várzeas, desprezando os cuidados da convivência com essa natureza e a Mata Atlântica que fez desta região sul de Pernambuco pujante em suas belezas pluviométricas com declives acentuados. A ocupação do solo para moradia humana prescindiu de qualquer planejamento para formação das cidades, pouco se observou as áreas alagáveis! Os conjuntos habitacionais construídos na região privilegiaram a vontade dos mandatários do “latifúndio canavieiro” e seus prepostos diretos, deixando as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, esses últimos, em sua maioria descendente diretos de negros africanos escravizados, construir suas residências nos locais não apropriados à produção e cultivo da cana de açúcar, ou seja, os “restos do latifúndio” formados das encostas, margens dos rios e áreas de riscos para moradia. Nestes ambientes também foram se formando os centros comerciais que diante da dominância da economia canavieira, possuía importância subalterna. Tudo parece indicar que o homem urbano que historicamente se fez na zona da mata de Pernambuco optou por conviver com enchentes

frequentes, como, ele mesmo, fosse peça da engrenagem de produção do açúcar e álcool, que faz e se refaz dentro de um atavismo histórico pouco inovador.

A natureza e os cursos dos Rios sempre estiveram subordinados ao desenvolvimento da indústria açucareira com as construções de hidroelétricas, barragens, sistemas fantásticos de irrigação e outras formas de modernização econômica em que a região se reduzia ao investimento no setor econômico de produção de açúcar e álcool. Mesmo convivendo com realidades sociais as mais díspares, semelhante aos países mais pobres do mundo, a região úmida de Pernambuco subordinada ao setor canavieiro, o Estado Nacional confundia os investimentos públicos de desenvolvimento em que **modernizar as cidades e a região sempre foi sinônimo de desenvolvimento das atividades da agroindústria do açúcar e álcool.**

Nos anos oitenta, o programa de modernização da produção de açúcar e álcool – Proálcool / IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, traz como consequência o grande êxodo, ou seja, a população rural faz a grande migração para as cidades da zona da mata sul e norte de Pernambuco, calcula-se a destruição de duzentos e quarenta mil sítios de pequenos agricultores familiares, dando lugar aos plantios intensivos de cana de açúcar, “a cana chegava até os telhados das casas”, *fazendo explodir as cidades e os problemas urbanos de toda ordem, principalmente com a ocupação do solo para moradia.*

Nos inícios dos anos noventa com a extinção do IAA, a expansão da agroindústria canavieira se transfere com mais intensidade para o sudeste e o centro-oeste do Brasil, tendo alta produtividade de tonelada de cana por hectares de terra e maior extração de açúcar por tonelada de cana. Outras formas de gestão do trabalho, tendo na alta mecanização no campo e na indústria, o foco para obtenção de lucros, tendo, cada vez mais, menor custo na produção do açúcar e álcool, deixou, ainda mais, a tradicional região da cana do nordeste brasileiro, preso ao dilema do atraso da história do capitalismo nacional. Essa “concorrência” centro-sul com o nordeste canavieiro, somando-se a outros fatores internos à região, faz a atividade declinar ano a ano com o fechamento progressivo das usinas produtoras de açúcar e álcool, liberando a natureza, a terra e os cursos dos rios, para outros humanos dela fazerem uso conforme interesses não subordinados a tradicional economia da monocultura.

Momento em que o setor canavieiro no nordeste não consegue sobreviver a “mais grave crise” de sua história com as unidades industriais de açúcar e álcool fechando ou pedindo recuperação judicial ou mesmo deixando muitas dívidas trabalhistas e com

fornecedores de cana, insumos e serviços, a natureza “faz sua parte” nos “gemidos das dores do parto”, advém a maior enchente ocorrida na região em 18 de junho de 2010.

As enchentes compreendidas como alagamentos das cidades em suas atividades socioeconômicas e habitacionais são incorporadas na compreensão geral como fenômeno natural sem controle humano, elas, socialmente agravam situações de quem na precariedade já vive, danifica total ou parcialmente algum patrimônio privado construído, conclamando uma intervenção estatal, privada e solidaria que permita sair do “script” do setor canavieiro. Os alagamentos cíclicos dos rios na região da mata denuncia o “modelo” de investimentos públicos historicamente realizados para transformar a natureza, simultaneamente, em que clama por apoios imediatos para quem “tudo perdeu”, apoios que se manifestam das mais diversas formas, desde arrecadação oficial através do sistema de Defesa Civil, passando por mobilização social de Igrejas, organizações cívicas, grupos informais, políticos, manifestações voluntárias, é o alento da solidariedade em momento de desespero, atendimento emergencial que desperta consciências adormecidas pelo cotidiano da vida.

Essas manifestações da solidariedade de emergência também propicia a região, instituições e grupos religiosos se revisarem em seus compromissos sociais, públicos e privados, tendo por mediação o fato natural de transformar essa realidade, humanizando-a para o futuro.

O apelo social do “desastre natural” das enchentes atrai para região atenção até então não manifesta: a natureza faz o que os homens não fizeram até então. Após as águas baixarem em junho de 2010, estiveram em Palmares muitas pessoas trazendo sua solidariedade e apoio, entre elas, as autoridades do país como governador do Estado, Ministros e o Presidente que “botou o pé na lama”. O Presidente Lula fez compromisso de reconstruir a região com uma intervenção nunca vista, incrementando obras estruturais e recuperando o que havia sido destruído. Da sociedade civil foi manifesta muita solidariedade, principalmente das Igrejas, nesse meio, a solidariedade evangélica trouxe a “Companhia das Catequistas”, Irmãs Catequistas Franciscanas para solidariamente se acompanhar a população atingida no emergencial e na solidariedade por mudanças profundas no ciclo de reprodução das estruturas arcaicas que a natureza se recusa a refazer.

Nesse interim, as Catequistas Franciscanas cuidaram de educar para cidadania, imediatamente foram cuidar dos desabrigados da enchente acolhidos nos abrigos públicos, fazer na calamidade pública a “humanização dos humanos” que se encontram na

desumanidade da precária situação de pobreza naturalizada. Após a fase de emergência as Catequistas tomaram o curso normal do seu carisma de ensinar: junto às organizações da sociedade civil, realizaram o Seminário sobre o impacto ambiental das barragens, repercutindo na forma como reagir às consequências do desalojamento de centenas de agricultores familiares, “terra por terra, casa por casa”, sem prescindir da crítica a construção das barragens, levantando alternativas para conter as enchentes do Rio Una e seus afluentes. A “Companhia das Catequistas” criou a unidade de residência das Irmãs Sandra e Marisa no bairro construído para relocar as pessoas das áreas atingidas denominado de Quilombo 2, mas, oficialmente batizado por D. Acácio Rodrigues Alves, que forma um conjunto de ações do Estado, porém, a solidariedade estrutural a que as Irmãs incrementaram por força da vontade de servir, não se reduz a obras, por mais importantes que sejam, mas, visam reconstruir pessoas e sua dignidade de filhos e filhas de Deus, cidadãs e cidadãos deste país.

Fazendo eco a natureza, o “empreendimento de Catequese”, fundamento da solidariedade cristã, assim se expressa na abertura do *Seminário Sobre a Reconstrução de Palmares*, ocorrido por convocação da Articulação Municipal de Entidades – AME, em 06 de julho de 2011:

“É necessário pensar um desenvolvimento que contemple a todos com produção sustentável e distribuição de riquezas. As grandes obras em andamento não podem escapar a essa nova percepção de desenvolvimento. As grandes obras exigem grandeza de animo na economia, na natureza e no social. Exigem deslocamento de pessoas, condições de trabalho, prazos e salários. Neste contexto, como ficam os direitos humanos?”

Sem sombras de dúvidas, após as enchentes do ano de 2010, a intervenção pública/estatal não ficou no “emergencial”, mas migrou para o “estrutural”, articula-se uma série de políticas no Estado e na Sociedade para que venha a romper o ciclo vicioso de controle da natureza com foco na geração de lucros a alguns poucos em detrimento da maioria. O poder público iniciou um conjunto de obras de barragens na bacia do Una com o objetivo de contenção das enchentes, com o programa Minha Casa, Minha Vida se fez a maior intervenção de construção de moradias populares já existentes na região e outras iniciativas com a construção de campus universitário, escolas técnicas, se somam a perspectiva da população superar a “vingança da natureza” sob a complacência e omissão do Estado. Tratou-se de um projeto de intervenção que juntou no mesmo foco o Governo Federal, Estadual e Municipal em políticas impactantes na vida de milhares de

camponeses, agricultores familiares e moradores das cidades, criando-se na região uma dinâmica social e econômica nunca vista.

A intervenção estatal consagrava “soluções estruturais” no campo com as barragens de contenção das enchentes, na cidade com o deslocamento da população atingida para áreas previamente construídas, possibilitou uma legitimidade pública às ações dos governos: a solução para as enchentes sobre as cidades de Palmares, Catende, Belém de Maria, Jaqueira, Maraial, Água Preta e Barreiros, beneficiando mais de 150 mil habitantes.

A reconstrução das cidades passa por muitas dinâmicas sociais que não se reduzem às obras! Tendo concentrado as atenções na barragem de Serro Azul, município dos Palmares, as Irmãs Catequistas Franciscanas iniciam a “catequese” com camponeses pobres do Engenho Verde, local do lago da futura barragem. Iniciando a conversa sobre os impactos da maior barragem pública da região, *as catequistas realizam aos poucos o empreendimento da solidariedade estrutural de alteração das perspectivas postas para população atingida. Neste propósito realizou-se um levantamento valorativo das benfeitorias existentes, incluindo quintais produtivos e outras formas de instalações das mulheres ao redor da casa, que, inclusive elas mesmas, davam valor financeiro a tais instalações e meios de vida.* Isto cacifou os sujeitos a negociar sempre mais favorável aos atingidos, os valores de indenização proposto pelos órgãos do Estado, inclusive, a conseguir desapropriação de grande propriedade para reassentar parte dos camponeses que perderam suas terras. Lamentavelmente, a falta de “catequistas” que empreendessem tal propósito com a população das outras barragens da bacia do Rio Una, *assistimos os pobres camponeses serem despejados de suas terras em troca de irrisórias indenizações ofertadas pelo Estado em nome do interesse público, aumentando a miserabilidade das cidades com a migração forçada desta população.*

As Catequistas Franciscanas por livre olhar na feira livre de Palmares observaram a dependência externa e a necessidade da população por mercadorias de consumo popular, produzidos aqui na região. Então, com os atingidos da barragem de Serro Azul somando-se a outros agricultores familiares, as Catequistas empreenderam a primeira *feira de economia solidária* da mata sul com foco na união do produtor ao consumidor, dando, indicadores que uma “*outra economia acontece*” sem a monocultura da cana de açúcar. O Apoio da Diocese de Palmares foi fundamental na cessão do espaço para feira ocorrer todas as quartas feiras em Palmares. A experiência de economia solidária se expandiu para o bairro Dom Acácio (Quilombo 2) e vai se estruturando como coletivo

importante para reformular o mercado de produtos agrícolas saudáveis ofertados *in natura* nas feiras livres das pequenas cidades, valorizando o trabalho dos agricultores familiares e da qualidade de vida dos consumidores.

Portanto, a solidariedade da Companhia das Catequistas não se reduzia a emergência de “reconstruir” o que fora destruído pelas enchentes, mas *reconstruir modificando as estruturas desumanizadoras da economia e das pessoas que vivem do seu trabalho*, seja no campo, seja na cidade. O empreendimento de solidariedade das catequistas que provisoriamente se instalou na mata sul, foi ficando, ficando, já presenciou outra enchente em 28 de maio de 2017, entrando “nos trilhos da história” deste povo que se fez natureza de altos e baixos. Ao perguntar se Companhia de Catequese veio para ficar na mata sul de Pernambuco, a resposta está com a Irmã Amábile Avosani e com Madre Maria Avosani, a primeira expressando o carisma fundador da Companhia afirmou: “*Senti no meu coração um grande desejo de colaborar*”! Por sua vez, a Madre arremata ao ser indagada sobre a continuidade dos trabalhos de catequese na região sul do país: “*Um ano, não padre. Nós queremos ficar para sempre*”!

No ritmo das transformações ambientais, econômicas e sociais a que a região mata sul de Pernambuco se encontra, ciclo impulsionado com maior vigor após as enchentes de 2010, requer trabalhos na direção de “contracultura” de reprodução dos meios de vida. O rompimento dos ciclos atávicos que sempre dominou a natureza e as pessoas, transformando mecanismos de mudanças que nada mudam em que o velho aparece como novo, mas, permanece velho, romper esses ciclos são propósitos realizados na micro estrutura social em que as Catequistas atuam.

Pelo que já foi feito, relatado de forma contextualizada, sem mencionar os serviços de Catequese realizados no bairro em que as irmãs residem, e, em outras “frentes” demandadas pelo trabalho pastoral da Diocese dos Palmares, o primeiro vinculado ao rito de reprodução da fé católica *stritu sensu*, formam um conjunto de testemunhas de vidas que a Companhia de Catequese produz um legado de solidariedade sempre presente em nosso meio.

Palmares, São João de 2017

Lenivaldo Marques da Silva Lima
Filósofo, Mestre em Sociologia, Advogado OAB-PE – 40.584 e Simpatizante do Carisma das Irmãs Catequistas Franciscanas.